

O valor documental da Peregrinação — Contributo para a história da presença portuguesa na China e da fundação de Macau

*Jin Guo Ping**

A PEREGRINAÇÃO é uma obra tão imortal como o camoniano OS LUSÍADAS e o cervantino DON QUIJOTE DE LA MANCHA, verdadeiras jóias da literatura ibérica.

Desde a primeira edição, tanto o livro como o seu autor têm estado envolvidos em polémicas constantes e continuadas. O trocadilho “Fernão, mentes? Minto” é sobejamente conhecido e tem condicionado, infelizmente, a relação entre Pinto e a sua obra, ainda muito pouco entendida, apesar dos seus 4 séculos de existência.

Para uma interpretação “crítica” da PEREGRINAÇÃO, têm sido sugeridas diversas linhas de leitura: o sensacionalismo, a aventura, o exotismo, a sátira social, o efeito de espelho e a utopia, etc. Todas as diferentes possibilidades que a crítica literária tem proposto como formas possíveis para o estudo da peregrinação atestam a importância que tem sido conferida à “estória” em deferimento da História. Contudo, a historiografia chinesa sobre a presença portuguesa na China e a Fundação Macau têm contribuído bastante para a (re)valorização da obra como um manancial de informação histórica.

João David Pinto-Correia destacou o valor documental da Peregrinação, do ponto de vista autobiográfico, cultural e ideológico, tendo mesmo afirmado que:

“O estudo do significado documental da obra de Mendes Pinto é indubitavelmente tarefa importante.(...)”

Por sua vez, Fernão Mendes Pinto afirma que escreveu o que, como homem, português e cristão, fez, viveu, viu e ouviu: «E digo isto porque assim o posso afirmar com verdade, pois ambos estes sucessos vi com meus olhos, e em ambos me achei presente com assaz de perigo meu...» (cap. CC). Contudo, estamos em condições

* Investigador da História de Macau e da presença portuguesa na China.

de afirmar que a essa primeira intenção se viria a juntar uma outra: a de transmitir o que ele soube ou que outros lhe transmitiram, bem como o que julgou (ou imaginou) viver, ver e ouvir.

Seja como for, não é lícito que a obra continue a ser desvalorizada por se julgar que não constitui um registo decididamente historiográfico. Não foi esse o objectivo do seu autor. Pelo contrário, urge que a obra seja reconhecida como o que pretendeu ser: uma narrativa não obrigatoriamente histórica, muito próxima da autobiografia ou, como queria Fidelino de Figueiredo, uma «autolatria» (BPP, 1925-1926)¹.”

O próprio biógrafo de Fernão Mendes Pinto chama a atenção à comunidade científica para a necessidade de destringir a(s) verdade(s) das ficções na PEREGRINAÇÃO, nos seguintes termos:

“De qualquer modo, e apesar de a fantasia nela ocupar algum lugar, a Peregrinação é um repositório documental importante em relação ao qual devemos procurar descobrir o que nele se contém de real².”

Tanto em Portugal como na China, uma nova geração de historiadores começa a desconstituir a *Leyenda Negra* que há à volta da PEREGRINAÇÃO. Têm sido desenvolvidos estudos mediante pesquisas mais metódicas e científicas: o esforço reside na confrontação de alguns relatos com as fontes locais, averiguado quanto à sua veracidade. À medida que as investigações avançam, a PEREGRINAÇÃO passa a ser citada cada vez mais como fonte documental.

Duas dezenas de anos de investigações sobre a PEREGRINAÇÃO e a sua tradução anotada para chinês³ permitem-nos afirmar que tudo o que Fernão Mendes Pinto escreve sobre o estabelecimento dos portugueses no litoral chinês, até as próprias origens de Macau, coincidem com as fontes chinesas recentemente trazidas à luz. A PEREGRINAÇÃO é, de facto, uma importante fonte histórica e historiográfica para o estudo da

¹ João David Pinto-Correia, *PEREGRINAÇÃO de Fernão Mendes Pinto*, Lisboa, Edições Duarte Reis, 2002, pp. 79-81.

² Idem, p. 80.

³ Yuanyouji, *Macau Comissão Territorial para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*, Instituto Cultural de Macau e Fundação Macau, 1999.

presença marítima portuguesa no sul da China e para os enigmas relativos ao estabelecimento dos Portugueses em Macau — assim o provam os estudos que têm cotejado as informações de Fernão Mendes Pinto com as fontes chinesas.

Sendo o livro escrito de memória, é inevitável que haja lapsos, anacronismos ou até erros gritantes, mas a atitude científica obriga-nos a joear as informações de Fernão Mendes Pinto, à procura de verdades ou meias verdades, em detrimento de “falsidades”. Na verdade, estas meias verdades podem ser “verdades encobertas”, que permanecerão ocultas enquanto não formos capazes de fazer uma leitura, correspondente à intenção inicial do autor. Muito do que parecia inverosímil nos contornos que a pena de Fernão Mendes Pinto lhe tinha conferido, torna-se credível à luz dos recentes progressos historiográficos e a partir da publicação de fontes chinesas. Em resumo, casos que pareciam incríveis, são agora confirmáveis e confirmados por fontes chinesas como sendo verdadeiros.

Vejamos alguns exemplos mais significativos.

1. Embaixada de Tomé Pires

Sobre a Embaixada de Tomé Pires, Fernão Mendes Pinto relata:

“Nós, com o fervor desta vitória arremetemos logo à porta e nela achámos o mandarim com cerca de seiscentos homens consigo, o qual estava em cima de um bom cavalo, com umas couraças de veludo roxo de cravação dourada do tempo antigo, as quais depois soubemos que foram de um tal Tomé Pires, que El-Rei D. Manuel da gloriosa memória mandara como embaixador à China, na nau de Fernão Peres de Andrade, governando o Estado da Índia, Lopo Soares de Albergaria (Capítulo LXV).”

Acerca de “umas couraças de veludo roxo de cravação dourada do tempo antigo”, foram sugeridas duas hipóteses: ou teriam sido uma pertença pessoal de Tomé Pires ou fariam parte do presente para o Imperador Zhengde. Um relato testemunhal/presencial chinês confirma esta segunda hipótese.

Quando Tomé Pires desembarcou em Cantão, foi Gu Yingxiang, haidao interino, quem — no que diz respeito aos trâmites burocráticos — se encarregou pessoalmente da recepção da embaixada. Na sua obra

Jingxuzhai Xiyinglu (Antologia de Estimação do Tempo da Sala da Nulidade Silenciosa) relata a chegada da Embaixada de Tomé Pires nos seguintes termos:

“No Reinado de Zhengde, eu estava na função de subcomissário da Administração Judicial de Cantão. Aconteceu que nessa altura o haidao Wang Hong foi numa missão oficial a Pequim, de forma que eu passei a acumular os assuntos do haidao (circuito marítimo).

De repente, apareceram três embarcações bárbaras ao pé da capital provincial que dispararam três canhões, o que deixou toda a população da cidade assustada. Antigamente, essas embarcações bárbaras costumavam fundear nas baías sob alçada da guarnição de mil famílias de Dongguan.

Visto que nenhuma embarcação se tinha alguma vez aproximado da cidade da capital provincial, o superintendente do comércio marítimo Wu Hongci informou-me do acontecimento. Fui então à pousada Huaiyuan visitá-los e interrogá-los.

O intérprete destes bárbaros era um natural de Fuliang de Jiangxi. Fez-me respeitosamente uma apresentação dizendo que se tratava de uma embaixada mandada pelo país Folangji, para apresentar os seus tributos, e que o nome do seu embaixador era Jiabidan. Eu não o recebi, mas mandei imediatamente comunicar tudo a Wuzhou. Ning Cheng, eunuco dos 3 Salões e Guo Xun, o Marquês Wuding, à altura no cargo de Zongbing, acorreram ao aviso. O cabecilha saiu de longe para os receber, mas não lhes fez genuflexões. O censor metropolitano e o grande coordenador Chen Jin chegou mais tarde, sozinho, e mandou dar 20 bastonadas no intérprete, dizendo ao superintendente do comércio marítimo: ‘Estes bárbaros vieram de longe, atraídos pela admiração da nossa civilização, de maneira que desconhecem as cerimónias da nossa corte celestial. Sendo eu um alto funcionário nomeado pela corte, mando-os receber durante três dias instrução protocolar ao Templo Guangxiao’. E assim foi. No primeiro dia, começaram a fazer genuflexão com a perna esquerda, no segundo dia, conseguiram fazê-la com a perna direita e só no terceiro dia, aprenderam a bater a cabeça no chão. Depois disto, foram apresentados ao grande coordenador. A repartição do grande coordenador disse que este país não fazia parte das Daming Huidian (Instituições da Grande Ming). Enquanto não viesse a autorização para seguirem escoltados para a capital, deixavam-nos acomodados

na Pousada. Dos produtos autóctones apresentados constam corais em rama, Piannao, Suofu de várias cores, capacete e couraças douradas, vidros, entre outros objectos. Também há uma coisa que parece Hongxianhe que se chama Sahala. Além disso, havia uma espada de três gumes. Havia outro terçado de ferro tão flexível que voltava ao seu estado, uma vez solto. Tinha gumes muito cortantes. Essas pessoas têm narizes agudos e os olhos fundos, muito parecidos com os muçulmanos... O cabecilha costumava ler livros. Peguei num e descobri que se tratava de livros budistas.

Mais tarde, veio a autorização para a apresentação dos tributos. Ao chegarem a Pequim, na visita ao Tribunal dos Ritos, insistiram em não fazer as reverências de genuflexão ao seu titular. Como, nessa altura, o Wumiao se encontrava numa inspecção no sul, foram instalados/acomodados na Pousada Huitong, durante mais de meio ano. Com a entronização do actual imperador, o intérprete foi acusado e condenado e o resto da Embaixada foi mandado de volta a Cantão para daí serem expulsos do nosso território⁴.”

2. O desaparecimento de Liampó e Chincheo

Os motivos pelos quais Fernão Mendes Pinto explica o desaparecimento de Liampó e Chincheo são confirmados pelas fontes chinesas oficiais e coevas, de modo que são incontornáveis para a história da presença portuguesa na China. No caso de Liampó, houve um fundo histórico verdadeiro, mas um pouco exagerado no que se refere à envergadura deste primeiro estabelecimento português, antes de Macau⁵.

O que Fernão Mendes Pinto conta sobre o motivo da destruição de Liampó, está corroborado pelas fotos chineses, de modo que merece crédito.

⁴ Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Uma Embaixada com dois Embaixadores — Novos dados orientais sobre Tomé Pires e Hoja Yasan*, in *Administração*, Macau, Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, Número 60 (2.º de 2003), Volume XVI, Junho de 2003, pp. 685-715.

⁵ Jin Guo Ping e Zhang Zhengchun, *Liampó reexaminado à luz de fontes chinesas*, in *Estudos de história do relacionamento luso-chinês: séculos XVI-XIX*, organização e coordenação de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 85-135 e Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Um novíssimo estudo sobre Liampó* [no prelo].

“Mas queira Nosso Senhor, pela sua infinita bondade e misericórdia, que esta sua segurança seja mais certa e de mais dura do que foi a de Liampó, que foi outra povoação de portugueses de que atrás fiz larga menção, avante destas duzentas léguas para o norte, a qual pelo desmancho de um português, em muito breve espaço de tempo foi de todo destruída e posta por terra, na qual desventura me eu achei presente,

...

E já que me cai agora tanto a propósito, não quero passar sem dar conta de como e porque se perdeu esta, tão insigne e tão rica povoação, que foi desta maneira:

Havia ali um homem honrado e de boa geração, chamado Lançarote Pereira, natural de Ponte de Lima. Este, diziam que dera uns mil cruzados em ruínas fazendas, fiados, a uns chins, homens de pouco credito, os quais se lhe levantaram com a fazenda sem lhe mais darem o retorno dela, nem ele ter mais novas deles, pelo que, querendo-se ele satisfazer desta perda nos que dela não tinham culpa, juntou para isso uns quinze ou vinte portugueses ociosos e de má consciência, e quiçá de pior siso, e deu uma noite em uma aldeia dali a, duas léguas, a que chamavam Xipatom, e roubou nela dez ou doze lavradores que aí viviam, e lhes tomou a todos as mulheres e filhos, com morte de treze pessoas, sem razão nem causa alguma justa que para isso tivesse⁶.”

Na documentação chinesa temos uma referência ao mesmo acontecimento. Uma nota inserida na Crónica do 5.º dia do 7.º mes lunar do 28.º ano (28 de Julho de 1549), no Vol. 350 da Verídica Crónica do Reinado de Jiajing (1522-1566), revela-nos o seguinte:

“As infestações de que é vítima o litoral do sul da China começaram com as transacções de comerciantes desonestos do interior com *comerciantes bárbaros*, tais como Wang Zhi e Xu Hai. Tanto comerciantes nacionais como estrangeiros fiavam mercadorias a um fulano de apelido Xie⁷, de Yuyao. Passado muito tempo, os vilões

⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, Lisboa, Edição Afrodite, 1980, vol. II, pp. 925-927.

⁷ Descendentes de Xirre Qian (1449-1531). Doutorado em 1475 e foi ministro de Guerra e Colar do Pavilhão de Leste.

começaram a andar atrás dele obrigando-o a pagar o que lhes devia. Como estava muito endividado, não era capaz de liquidar as contas com eles. O devedor ameaçou os fiadores ao dizer: ‘Vou denunciá-los perante as autoridades’. Os ameaçadores, cheios de ódio e medo, reuniram os seus homens e, juntamente com comerciantes bárbaros, assaltaram o ameaçador, destruindo-lhe a casa pelo fogo. Depois de matar várias pessoas e ter pilhado tudo o que haviam encontrado a sua frente, puseram-se em fuga. As autoridades distritais informaram os seus superiores do ocorrido, dizendo que havia sido obra de piratas japoneses⁸.”

O mesmo acontecimento está registado em Riben Yijian (Um Epítome do Japão), nos seguintes termos: “Em 1545, Xu Si perdeu muito nas transacções que tinha feito no Japão e voltou a Shuangyu, passando a assolar as águas de Fujian e Zhejiang, juntamente com os cabecilhas Sheng Men, Lin Jian, Deng Liao e outros. Pelo facto de estarem mortos os irmãos Xu Yi e Xu San, Xu Si e Xu Er juntaram-se aos cabecilhas Zu Liao, Su Liao, Li Guantou e outros, passando a infestar os habitantes do litoral de Fujian e Zhejiang, em cumplicidade com bárbaros. No ano seguinte, isto é, em 1547, o cabecilha Lin Jian e outros trouxeram bandidos de Pahang, e juntaram-se aos cabecilhas Xu Er e Xu Si, começando a pilhar Fujian e Zhejiang. Aconteceu, então, que a casa do Senhor Xie Wenzheng⁹ foi assaltada, e até o Senhor Bai Jun, Comandante da Defesa Marítima contra os Japoneses, o Senhor Zhou Ju, Comandante de Mil Famílias, e o Senhor Yan Yin, Chefe do Posto da Patrulha, foram capturados, quando iam numa patrulha pelos mares de Changguo, por Xu Er e Zhu Liao, e só foram resgatados por uma quantia de mil e duzentos taéis de prata, autorizados pelo Senhor Wu Zhang, Comandante em Chefe, que a fez chegar aos raptos através do comandante Wang Lei¹⁰.”

No que diz respeito ao desaparecimento do estabelecimento português em Chincheo e a consequente batalha naval na Zoumaxi (Ribeira de Cavallo Galopante), Fernão Mendes Pinto recorda:

⁸ *Verídica Crónica do Reinado de Jiajing*, vol. 350, pp. 1-2.

⁹ Cf. a nota 7.

¹⁰ Wu Zhiliang e outros (dir.), *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian (Coleção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau)*, Pequim, Editora do Povo, 1999, vol. 5, p.153.

“Logo dali a dois anos, querendo os portugueses tornar a fazer sua habitação em outro porto que se chamava Chincheu, no mesmo reino da China, cem léguas abaixo deste de Liampó, para terem nele seus tratos e mercancias, os mercadores da terra pelo muito proveito que disso lhes vinha, insistiram com os mandarins, por peitas muito grossas que para isso lhes deram, que dissimuladamente o consentissem. Aqui correu o negócio do trato entre nós e os da terra quietamente, por tempo de quase dois anos e meio, pouco mais ou menos, até que de Malaca, por mandado de Simão de Melo, capitão da fortaleza, veio aí ter outro quase do mesmo estofo do Lançarote Pereira, que se chamava Aires Botelho de Sousa, o qual trazia provisão do capitão Simão de Melo para ser capitão-mor daquele porto do Chincheu, e provedor dos defuntos, o qual, segundo se dizia; vinha tão desejoso de ser rico que lhe assacavam que lançava mão de tudo, sem ter respeito a coisa alguma.

Neste tempo acertou de vir ali ter um estrangeiro, arménio de nação, o qual de todos era julgado por muito bom cristão. Tinha este homem de seu, como dez ou doze mil cruzados, e por ser estrangeiro e cristão como nós, se atirou de um junco de mouros em que vinha, e se passou para uma nau de um português de nome Luís Montarroio. E havendo já cerca de seis ou sete meses que vivia aqui entre nós pacificamente, favorecido e agasalhado de todos, por ser, como digo, muito bom homem e bom cristão, veio a adoecer de febres de que morreu. E fazendo testamento, declarou que era casado e que tinha sua mulher e filhos em um lugar da Arménia a que chamavam Gaborém, e que dos doze mil cruzados que tinha de seu, deixava à santa Misericórdia de Malaca, dois mil, com certas declarações de Missas por sua alma, e o mais pedia ao provedor e irmãos da casa, que o tivessem em depósito em seu poder, até o fazerem entregar a seus filhos, a quem mandava que se dessem; e sendo caso que seus filhos estivessem mortos, deixava a Misericórdia por sua herdeira universal.

Logo que este cristão foi enterrado, o Aires Botelho de Sousa, provedor dos defuntos, lhe arrecadou toda a fazenda sem fazer inventario ou outra alguma diligencia, dizendo que era necessário mandarem-se requerer os herdeiros la na Arménia onde estavam, que era dali a mais de duas mil léguas, a ver se tinham alguns embargos, para serem ouvidos de sua justiça. No mesmo tempo vie-

ram ali ter dois mercadores chins que traziam três mil cruzados em seda, peças de damasco, porcelanas, e almíscar, os quais se deviam ao arménio defunto. Estes arrecadou também o provedor, e juntamente com isso, dizendo que toda a mais fazenda que ficava aos chins era também do arménio defunto, dizem que lhes tomou uns oito mil cruzados, e lhes disse que fossem a Goa requerer sua justiça perante o provedor-mor, porque ele não podia deixar de fazer o que fazia, porque era obrigado a isso, por razão do seu officio.

De maneira que para não gastar muitas razões em contar o que sobre isto se passou, os dois mercadores se tornaram para suas casas sem levarem coisa nenhuma do que trouxeram, onde se foram logo ambos com mulheres e filhos lançar aos pés do chaém, e lhe relataram por uma petição todo este caso como se passara, e lhe disseram mais, que éramos nós gente sem temor nenhum da justiça de Deus. O chaém, querendo logo satisfazer a estes mercadores, e a outros que já também antes disto se lhe queixaram de nós, mandou apregoar que nenhuma pessoa comunicasse connosco dali por diante, sob pena de morte. E como isto foi causa de totalissimamente se nos secar tudo, a falta dos mantimentos veio entre nós a ser tamanha que o que antes se comprava por um vintém, se não achava depois por um cruzado, pelo que foi necessário ir-se buscar por algumas aldeias que estavam ai ao redor, sobre o que houve grandes desmanchos, donde nasceu levantar-se a terra toda contra nós, com tamanho ódio e fúria que daí a dezasseis dias veio uma armada de cento e vinte juncos muito grandes, a qual por nossos pecados nos tratou de tal maneira que de treze naus que estavam no porto, nenhuma ficou que não fosse queimada, e de quinhentos portugueses que na terra havia, só trinta escaparam, sem coisa que valesse um só real¹¹.”

O motivo dado põe Fernão Mendes Pinto no que toca à destruição do estabelecimento português em Chincheo está corroborado por uma fonte chinesa coeva: “Apesar de que os Folangji não têm cometido nada de banditismo nem pirataria, as suas compras de crianças chinesas não deixam de ser um crime, mas não é um crime comparável ao banditismo. São os nossos habitantes fronteiriços quem as vendem. Estes é que são os mais odiosos. Este crime não pode ser importável de todo a eles. As au-

¹¹ *Peregrinação*, vol.II, pp. 928-930.

toridades quando os atacaram não invocaram este motivo. O que está na origem do ataque oficial foi o facto de terem morto um bárbaro de nome Zheng Bingyi e terem dividido o seu cadáver^{12 13}.”

3. A origem de Macau

Quanto à origem de Macau, Fernão Mendes Pinto afirma:

“Ao outro dia pela manhã nós partimos desta ilha de Sanchão, e ao sol-posto chegámos a outra ilha que está mais adiante seis léguas para o norte, chamada Lampacau, onde naquele tempo os Portugueses faziam sua veniaga com os chins. E aí se fez sempre até ao ano de 1557, em que os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercadores da terra, nos deram este porto de Macau, onde agora se faz, no qual sendo antes ilha deserta, fizeram os nossos uma nobre povoação de casas de três, quatro mil cruzados, e com igreja matriz em que há vigário e beneficiados, e tem capitão e ouvidor e oficiais de justiça. E tão confiados e seguros estão nela, com cuidarem que é nossa, como se ela estivera situada na mais segura parte de Portugal¹⁴.”

Tanto quanto se sabe esta é a primeira referência documental sobre uma possível doação de Macau aos Portugueses.

Com a publicação em massa das fontes chinesas, passamos a conhecer pormenores, como por exemplo, quem foram os comerciantes. A primeira crónica provincial elaborada após a sucessão da dinastia Ming pela Qing — Kangxi Guangdong Tongzhi (Crónica Geral da Província de Guangdong) — regista no Livro XXVIII “Relações Externas” o seguinte:

“No 34.º ano (1555), o Grande Coordenador (de Guangdong) convocou, mediante um ofício, Wang Hong, entre outros comerciantes do Distrito de Fuliang (hoje, Jingdezhen) à sua repartição e incumbiu o Gangji (Agente-chefe, nomeado pelo governo para tomar conta dos comerciantes estrangeiros) He Chude, de os levar aos barcos dos bárbaros para comprar o âmbar cinzento. Conseguiram sucessivamente um total de 11 taeis do âmbar cinzento.”

¹² Leia-se “bens”, porque o carácter chinês “Zi (bens)” é muito parecido com “Zi (cadáver)”.

¹³ *Mingqingshiqi Aomenwenti Danganwenxian Huibian (Coleção Documental de Arquivos das Dinastias Ming e Qing relativos a Macau)*, vol. 5, p.263.

¹⁴ *Peregrinação*, vol. II, pp. 925.

Estão por esclarecer as relações entre o haidao Wang Bo e Wang Hong, comerciante do Distrito de Fuliang. Não obstante, basta atentar nos nomes para concluir que eles eram conterrâneos e do mesmo clã.

Macau foi, de facto, “dado” aos Portugueses para aí residirem, com pleno conhecimento da Corte de Pequim, como já foi documentalmente comprovado por nós¹⁵.

4. A passagem de Fernão Mendes Pinto por Macau

A passagem de Fernão Mendes Pinto por Macau é validada pela sua famosa carta, datada daquele longínquo 20 de Dezembro de 1555, desde “Ama Cuao”, sobre o primeiro empório europeu comercial e religioso em solo chinês, e que viria a ser igualmente a última malha do Império Português e da presença colonial europeia no Oriente.

O episódio de “Como nos perdemos na Ilha dos Ladrões (Capítulo LIII)” confirma as andanças do autor em Macau nos primórdios do seu estabelecimento. Na geografia marítima, a “Ilha dos Ladrões” é um nome bem conhecido. No entanto, neste caso, seria identificável com Laowanshan (Ilha do Velho Wan). Wan foi um pirata famoso no mar e no delta do Rio das Pérolas¹⁶. Era em Laowanshan que o pirata procurava refúgio. Em português, a ilha é ainda hoje conhecida pelo nome de “Ilha dos Ladrões”. Fica a sudeste de Macau. “Saindo pelo Canal da Taipa, chega-se a Laowanshan, que é o ponto de referência para os barcos oceânicos e os barcos bárbaros”¹⁷. Sabe-se, através dos roteiros chineses, que era um lugar de passagem para os barcos que circulavam entre o litoral chinês a leste de Hong Kong e a Cidade de Cantão¹⁸. Para os barcos que vinham de Malaca pela “rota de fora”, era o primeiro ponto de chegada.

¹⁵ Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Razões Palacias na Origem de Macau*, in «Macau», III série N.º 14, Maio de 2003, pp. 82-95 e N.º 15, Agosto de 2003, pp. 96-107.

¹⁶ Ruan Yuan, *Guangdong Tongzhi [Crónica Geral de Guangdong]*, edição da Editora dos Clássicos de Shanghai, Shanghai, 1990, vol. III, p. 3391.

¹⁷ *Zhongshan Wenxian (Documentação de Zhongshan)*, Taipé, Livraria Estudantil, 1985, vol. V, p. 485.

¹⁸ Jin Guo Ping e Wu Zhiliang, *Liangzhong Haidao Zhenjin Zhong Folangji Ji Zhujiangkou Ziliao Bukao (Informações sobre os Folangji e o Delta do Rio das Pérolas em dois Roteiros Marítimos)*, in *Jinghai Piaomiao (História(s) de Macau — Ficção e Realidade)*, Macau, Associação de Educação para Adultos, 2001, pp. 264-271.

Até ao século XVIII, os barcos que saíam de Macau ainda o usavam como ponto de partida.

Fernão Mendes Pinto narra:

“Havendo já sete meses e meio que continuávamos nesta enseada de um bordo ao outro, e de rio em rio, tanto em ambas as costas de norte e sul, como na desta ilha de Ainão, sem António de Faria em todo este tempo poder ter novas nem recado de Coja Acém, enfadados os soldados deste trabalho em que havia tanto tempo que continuavam, se juntaram todos e lhe requereram que do que tinham adquirido lhes desse suas partes, conforme um assinado que dele tinham, porque com isso se queriam ir para a Índia ou para onde lhes bem apetecesse; e sobre isto houve assaz de desgosto e enfadamentos, no fim dos quais se concertaram em ir invernar a Sião, onde se venderia a fazenda que traziam nos juncos, e que depois de ela ser feita em ouro, se faria a repartição que requeriam. E com este concerto jurado e assinado por todos, vieram surgir em uma ilha a que chamavam dos ladrões, por estar mais fora da enseada que todas as outras, para daí com as primeiras bafugens da monção fazerem sua viagem¹⁹.”

Através da passagem “por estar mais fora da enseada que todas as outras, para daí com as primeiras bafugens da monção fazerem sua viagem”, podemos concluir que se trata da mesma “Ilha dos Ladrões” das fontes chinesas.

De Aomen Jilüe (Monografia Abreviada de Macau) temos mais pormenores sobre a Ilha:

“Mais para o sudeste, fica Laowanshan (Ilha do Velho Wan, Ilha dos Ladrões). Avistando-a desde Macau, parece um fio de cabelo. Chegando-lhe ao pé, descobre-se que são duas ilhotas, a oriental e a ocidental, separadas por uma distância de uns 30 ou 40 li. Na oriental, ancoram barcos trazidos pela monção de sudoeste e na ocidental, os que vêm com o vento nordeste. Para além destas ilhas, fica o imenso mar que se perde no horizonte. Mesmo Zhang (dizem ter sido um bom caminhante) e Hai (dizem ter sido um bom caminhante) não conseguem andar sobre a superfície das águas; apenas as tartarugas

¹⁹ *Peregrinação*, vol. I, pp. 174-175.

marinhas e as águias podem frequentar esta zona. Anualmente, na 5^a e 6^a luas, quando se levanta a monção de sudoeste, chegam barcos estrangeiros que demandam esta ilha à porfia. Ao chegarem, fazem umas festas²⁰.”

Quase sem receio de correr grandes riscos, podemos afirmar que o Capítulo CCXXI da PEREGRINAÇÃO é comprovadamente fonte histórica para a presença portuguesa na China e a fundação de Macau. A seguir por este novo horizonte, pode-se fazer estudos de triagem para outras áreas geográficas percorridas e descritas por Fernão Mendes Pinto, sempre partindo da possibilidade de usar a PEREGRINAÇÃO como fonte histórica e em comparação com as fontes locais. A nova interpretação comparativa do Capítulo CCXXI tem-se revelado um passo decisivo para podermos introduzir uma nova linha de leitura e pesquisa da PEREGRINAÇÃO, como manancial de informação histórica.

Seria muito difícil fazer uma avaliação global no que toca à veracidade da obra. No entanto, algumas veridades vão-se revelando à medida dos progressos académicos, como o conteúdo do Capítulo CCXXI. Está por fazer uma edição crítica da PEREGRINAÇÃO. Contudo, um estudo completo, bem fundamentado, só será possível quando enquadrado num projecto de âmbito internacional onde se conjuguem esforços de estudiosos de diversas especialidades das terras por onde “peregrinou” Fernão Mendes Pinto.

²⁰ Zhao Chuncheng, *Aomen Jiliu (Monografia Abreviada de Macau)*, Guangzhou, Editora do Ensino Superior de Cantão, 1988, p. 74.

